

INTRODUÇÃO

Benedict Anderson

Ninguém discorda de que o nacionalismo tem estado “por aí” na face da Terra há no mínimo dois séculos. O bastante, poder-se-ia supor, para que já fosse entendido de maneira clara e generalizada. Mas é difícil pensar em algum fenômeno político que continue tão intrigante quanto este e sobre o qual haja menos consenso analítico. Dele não há nenhuma definição amplamente aceita. Ninguém foi capaz de mostrar de forma conclusiva sua modernidade ou antigüidade. Discorda-se sobre suas origens, seu futuro é incerto. Sua difusão global ora é interpretada pela metáfora maligna da metástase, ora sob os signos sorridentes da identidade e da emancipação; e onde começaram esses processos, no Novo Mundo ou no Velho? Hoje, pode-se formular um novo tipo de pergunta — “quão masculino é ele?” — sem que haja nenhuma resposta claramente superior a outras. Como se há de conciliar sua universalidade com sua necessária particularidade concreta? Que disciplina contribui mais profundamente para sua investigação: a história, a psicologia, a economia política, a sociologia, a antropologia, a filosofia, a crítica literária, ou...? O mal-estar se acentua: considerando-se o vasto papel que o nacionalismo desempenhou em dois séculos de política mundial, por que tantos pensadores fecundos da modernidade — Marx, Nietzsche, Weber, Durkheim, Benjamin, Freud, Lévi-Strauss, Keynes, Gramsci, Foucault — tiveram tão pouco a dizer sobre ele?

Todas essas incertezas significam que qualquer antologia que “mapeie o terreno” do nacionalismo tem mais probabilidade de encontrar os autores de costas uns para os outros, olhando para horizontes diferentes e obscuros, do que empenhados em um ordeiro combate de mãos dadas. Assim, qualquer introdução sucinta só pode esboçar alguns contornos gerais.

As dificuldades filosóficas sempre estiveram presentes. O Herder que escreveu as célebres palavras “*Denn jedes Volk ist Volk; es hat seine national Bildung wie seine Sprache*” [Pois cada povo é um povo; ele tem sua construção nacional

conforme sua língua] só estava em condições de insistir na singularidade de *todos* os povos [*Volk*] como autor de uma extensa história universal em quatro volumes, intitulada *Ideën zur Philosophie der Geschichte der Menschheit* [Idéias sobre a filosofia da história da humanidade]. Desde o Iluminismo até épocas muito recentes, os grandes pensadores europeus pensavam a partir de molduras axiomáticas universais — *Menschheit* [humanidade] e/ou *Weltgeschichte* [história mundial], por assim dizer. Hegel passou toda sua laboriosa vida no pequeno eixo de 500 milhas entre Stuttgart e Berlim. Três séculos e meio de capitalismo impresso, que se iniciam no Renascimento e acompanham a expansão europeia, pareceram ter levado todas as antiguidades e todas as sociedades contemporâneas para sua biblioteca, para fins de exame, reflexão e síntese teórica. Na época iniciada com a Revolução (ainda não Francesa), todos os principais conceitos eram globalmente compreendidos — progresso, liberalismo, socialismo, republicanism, democracia, e até mesmo conservadorismo, legitimidade e, mais tarde, fascismo. Curiosamente, o mesmo se dava com o nacionalismo. Por isso, chegado o momento certo, ninguém achou que houvesse nada de estranho numa “Liga das Nações”, e Lloyd George pôde dizer, em tom indiferente, que Mazzini era o pai dessa organização internacional. Tampouco esse tipo de pensamento ficou confinado à Europa. Quando, no fim da década de 1980, o grande escritor indonésio contemporâneo Pramoedya Ananta Toer publicou sua vasta tetralogia histórica sobre as origens do nacionalismo indonésio, ele pôde descrever seu herói como “*anak semua bangsa*”, ou seja, “filho de todas as nações”. No meio século que se passou entre ambos os exemplos, milhões de pessoas em todo o mundo sacrificaram a vida por suas nações. Aos poucos foi ficando claro que só era possível pensar no nacionalismo em termos comparativos e globais, ao mesmo tempo em que só era possível senti-lo — e agir politicamente com base nele — em termos particulares.

Essa disjunção, assim como o tropeço teórico que ela causa, ajuda a explicar parte da história da reflexão séria sobre o nacionalismo, seus hiatos e seus surtos de energia. Durante o longo século de paz conservadora intra-europeia (1815-1914), só ocasionalmente — e em poucos casos — o nacionalismo trouxe grande ansiedade teórica. Tais ocasiões são instrutivas. Esta coletânea começa por duas das mais inteligentes dessas intervenções.

Na década de 1860, no auge do poderio imperialista britânico — mas também depois da sublevação europeia de 1848, das revoluções lideradas por Mazzini e Garibaldi contra o Papado e o Reino de Nápoles, da ascensão dos fenianos na Irlanda e na América, e da derrota que o nacionalista Juárez impôs à tentativa do arquiduque Maximiliano de estabelecer uma dinastia dos Habsburgos na Cidade do México —, Lord Acton, nascido em Nápoles (posteriormente o primeiro régio professor católico de história em Oxford), fez soar o alarme. Defensor esclarecido do princípio universal da legitimidade, ele observou que aquilo

a que se chamava “nacionalidade” era, dentre três idéias subversivas modernas, a “mais atraente no momento atual e a mais rica em promessa de poderio futuro”.* Em sua opinião, “são substancialmente mais perfeitos os Estados que, como os impérios britânico e austríaco, englobam várias nacionalidades distintas sem oprimi-las”, porque “as raças inferiores se elevam através do convívio, na união política, com raças intelectualmente superiores” e “[a]s nações esgotadas e decadentes são revigoradas pelo contato com uma vitalidade mais jovem”. Contrariando a afirmação de John Stuart Mill, em *Considerações sobre o governo representativo*, de que “em geral, é condição necessária das instituições livres que as fronteiras dos governos coincidam basicamente com as das nacionalidades”, Acton argumentou que essa concepção era um resíduo pernicioso da Revolução Francesa, uma variação da tendência “moderna” geral de fundamentar o Estado em idéias monistas especulativas e abstratas (inclusive, observou sarcasticamente, a idéia de máxima felicidade da maioria). Qualquer tendência dessa natureza levava, inevitavelmente, a políticas absolutistas, destruía o princípio do governo limitado e minava as bases pluralistas da verdadeira liberdade. Acton teria encarado o destroçamento da antiga Iugoslávia, em nome da “limpeza étnica”, como uma confirmação de seus piores pressentimentos; e teria visto com satisfação profética o surgimento da conservadora Comunidade Européia.

Quando a Grande Guerra pairava no horizonte, Otto Bauer, defensor do socialismo universal, redigiu um grosso volume comparativo que procurava mostrar teoricamente que, bem compreendidos, o socialismo e o nacionalismo eram compatíveis; na prática, os conflitos nacionalistas que ameaçavam a existência do Império Austro-Húngaro podiam ser produtivamente transcendidos num projetado Vereinigten Staaten von Gross-Oesterreich (VSGO).** (É espantoso que, nos noventa anos decorridos desde sua primeira publicação, sua influente obra-prima, *Die Nationalitätenfrage und die Sozialdemokratie* [A questão nacional e a socialdemocracia], nunca tenha sido traduzida para o inglês; daí a especial importância a ser dada aos excertos substanciais incluídos nesta coletânea.) Contrariando todas as idéias reacionárias do tipo “eterno *Volkgeist*” [espírito do povo] — que, por exemplo, tinham incentivado a transformação oitocentista do virtuoso herói de Tácito, Arminius, no grotesco e gigantesco *denkmal* “Hermann” da Floresta Negra —, ele afirmou que as nações eram produto da história e se construía sobre séculos de mesclagem social e sexual de grupos diferentes. Os alemães eram uma mistura aleatória de eslavos, celtas e

* As outras duas eram o igualitarismo, voltado contra o princípio da aristocracia, e o comunismo (Lord Acton pensava mais em Babeuf que em Marx), voltado contra o princípio da propriedade privada. [N. do A.]

** A especificação desses Estados Unidos da Grande Áustria (VSGO) pode ser encontrada em seu *Werkausgabe*, Viena, 1975, v. 1, p. 482. [I. do A.]

teutônicos, e os alemães do início do século XX tinham muito mais em comum com os franceses e italianos contemporâneos, e muito mais a aprender com eles, do que com os súditos do Sacro Império Romano. Bauer prosseguiu dizendo, num estilo que antecipou em parte as idéias de Ernest Gellner (ver adiante), que a nação era um produto da Grande Transformação que desfizera todas as antigas comunidades isoladas em modernas sociedades industriais, as quais exigem uma solidariedade baseada em uma cultura abstrata superior, fundamentada na alfabetização. Escrevendo apaixonadamente, ele afirmou que a brutalidade do capitalismo não apenas arrancara os trabalhadores de suas culturas camponesas locais, mas também os privara da entrada nessas culturas nacionais essencialmente criadas pelas classes alta e média, através da ignorância exausta e empobrecida a que o sistema fabril os mantinha acorrentados. Era tarefa histórica do socialismo ajudá-los a sair dessas trevas e entrar no Iluminismo. Ao mesmo tempo, Bauer contestou a idéia, então sustentada por muita gente de esquerda, de que a vitória do socialismo criaria uma espécie de cosmopolitismo plano e uniforme. Fazendo uma clara distinção entre comunhão e similaridade, ele declarou que todas as nações modernas vivenciavam o capitalismo industrial, por exemplo, de maneiras semelhantes, mas não o vivenciavam em comum. A comunhão, cruzando as fronteiras de classe, ligava grupos específicos pelo que ele chamava de “comunhão de destino”, interpretada não de um modo quase metafísico como uma antiga maldição, mas como uma vontade compartilhada em relação ao futuro. Essa vontade, sujeita a mudanças constantes na luta real pela vida, era precipitada — através da linguagem e dos hábitos comuns da vida cotidiana, da cultura comum e, vez por outra, das instituições políticas comuns — no que ele chamava de caráter nacional.*

Nada podia ser mais impressionante do que a postura de Bauer em relação à de Acton e às teses tão vigorosamente propostas por Marx e Engels no *Manifesto comunista* meio século antes. Tanto Acton quanto Bauer queriam desvincular nacionalidade e Estado. O conservador inglês de Nápoles via as nações (em termos a-históricos e basicamente aculturais) como fenômenos naturais; por conseguinte, pleiteava a imposição de um Estado legitimista ético acima delas. O domínio dos Habsburgos era, portanto, o dique ameaçado que se opunha às forças niilistas da modernidade. Bauer, por outro lado, entendia as

* Note-se que Bauer teve o cuidado de não falar da língua comum como algo exclusivo. Ele tinha plena ciência das muitas nações diferentes que usavam o espanhol e o inglês como suas línguas comuns, sem fazerem nenhuma reivindicação monopolista em relação a elas. De modo similar, via com equanimidade a perspectiva de que certas formas do alemão fossem a língua comum de diferentes Estados europeus, inclusive os VSGO, sem que isso implicasse a eliminação do tcheco ou do húngaro. Em tudo isso, podemos ver por que, ainda que por motivos completamente diferentes, o conservador Acton e o socialista Bauer conferiam tamanha importância ao imenso império político centrado em Viena. [N. do A.]

nações e os Estados como historicamente formados, porém tendo o caráter e a cultura nacionais (e não o próprio Estado) como fontes de valor. Tamanha era a importância do império dos Habsburgos que ele formava uma concha histórica preta de práticas e instituições das quais brotaria uma federação socialista de nacionalidades — a caminho do eventual desaparecimento de todos os Estados. Inversamente, opondo-se à visão do *Manifesto*, de que o mundo capitalista dissolveria todas as culturas nacionais, Bauer acreditava que o desenvolvimento social progressista estava aumentando e aprofundando o contato entre os membros de culturas específicas, elevando o nível delas e promovendo a diferenciação das personalidades humanas. A função do socialismo não era opor-se a essas tendências, mas disseminar a padronização da vida material nos mais avançados níveis originalmente criados pelo capitalismo. (Assim, apenas os burgueses viam a nação sob o signo do poder estatal.)

Depois de 1918, tudo pareceu sofrer uma mudança abrupta. O colapso dos impérios de Hohenzollern, dos Habsburgos, dos Romanov e otomano pôs fim à legitimidade da Legitimidade e acabou com o sonho dos Estados Unidos da Grande Áustria. Dos escombros da periferia surgiu uma multiplicidade de pequenos e fracos Estados nacionais, quase todos agrários, na Europa Central e Oriental, bem como um aglomerado de colônias e protetorados no Oriente Médio. Até o vitorioso Reino Unido logo perdeu a maior parte da Irlanda, enquanto sua família real, de origem alemã, se naturalizava sob o nome de Windsor. A formação da Liga das Nações, na qual até as potências imperialistas remanescentes mascararam-se de simples nações, pareceu criar uma nova legitimidade universal.

Mas o acontecimento realmente decisivo foi a ascensão dos bolcheviques ao poder em Petrogrado e seu espantoso sucesso na criação de uma ordem anticapitalista estável em grande parte dos antigos domínios do czarismo. Pois, embora acabasse por se unir à Liga, a jovem e solitária União Soviética não se considerava um Estado nacional, nem tampouco era vista dessa maneira, de modo geral, por seus numerosos inimigos. Aos olhos de muita gente, ela parecia haver realizado algo como o sonho de Bauer, transcendendo o problema do nacionalismo através do reconhecimento formal das regiões e culturas de suas principais nacionalidades, enquanto as subordinava plenamente a um projeto universal. Esse projeto atraiu a fidelidade de milhões de pessoas, espalhadas por quase todas as partes do planeta. Em oposição ao bolchevismo ergueram-se dois universalismos contrários e rivais: a democracia capitalista (“Ocidente”), de um lado, e o fascismo, de outro. Embora não haja como negar que, no plano local, o fascismo explorou o nacionalismo, é essencial reconhecer seu atrativo mundial como uma força supranacional oposta ao judaísmo, ao bolchevismo e ao liberalismo “mundiais”, e assim por diante. Por isso, os estudos mais im-

portantes sobre o nacionalismo nos anos do entre-guerras, feitos por Hans Kohn, Carlton Hayes e seus estudantes, estruturaram-se na oposição binária e universal entre “bom” (ocidental/democrático) e “mau” (oriental/autoritário/fascista).* Não importava que as boas capitais europeias — Londres, Paris e Haia — fossem os centros de vastas autocracias imperiais extra-europeias.

A destruição dos regimes fascistas da Europa, bem como a do Japão militarista, não alterou profundamente o panorama que se instalara depois de 1918. Apesar de a União Soviética ter-se tornado parte da Organização das Nações Unidas, na qual também ingressaram então os Estados Unidos, a política mundial durante a Guerra Fria foi largamente entendida em termos supranacionais. Stalin decidiu-se contra a incorporação à União Soviética das partes da Europa Oriental e Central que ele controlava, de modo que pela primeira vez surgiram Estados comunistas de caráter explicitamente nacional; mas esses Estados, pequenos e fracos, eram entendidos como aliados menores e subalternos do núcleo.** (Até o fim da década de 1950, também a vasta China era majoritariamente vista dessa maneira.) Por outro lado, os Estados Unidos, que dominavam por completo a Europa Ocidental, também eram vistos, em termos históricos mundiais, menos como um Estado nacional do que como o centro dominante de uma coalizão anticomunista global. Durante um bom tempo, a emancipação das colônias europeias na Ásia e na África, entre 1945 e 1975, não alterou essa situação, pois esses novos Estados nacionais, tal como os novos Estados nacionais europeus dos anos do entre-guerras, eram em sua maioria fracos, pobres, agrários e assolados por conflitos internos, muitos deles interpretados e manipulados de acordo com o eixo mundial preponderante.

É provável que a era em que vivemos hoje tenha começado, ao menos simbolicamente, na década de 1960, marcada pelas reverberações globais do nacionalismo em dois Estados pequenos, pobres e periféricos. A luta heróica do

* Kohn (1891-1971), criado na Praga tcheco-nacionalista no regime da Monarquia Dual, militante do movimento sionista juvenil e, mais tarde, estudioso dos movimentos nacionalistas do Oriente Médio a partir de uma base em Jerusalém, publicou sua primeira *magnum opus*, *Nationalismus*, em 1922. Seu quase contemporâneo Carlton Hayes (1882-1964), professor da Universidade de Colúmbia durante muito tempo, publicou sua primeira grande obra, *Essays on Nationalism*, em 1926. Durante a Segunda Guerra Mundial, curiosamente, acabou servindo como embaixador de Roosevelt na Madri de Franco. [N. do A.]

** Existem paralelos mais do que superficiais entre as reações poderosas e imprevistas, na Europa Central e Oriental, aos gigantescos impérios de curta duração que foram estabelecidos, ao longo de um século e meio, por Napoleão e por Hitler. Uma consequência fundamental do ataque nazista foi uma fusão do comunismo com o nacionalismo, que teria tornado a incorporação à União Soviética no após-guerra muito mais implausível do que ela poderia ter sido no entre-guerras. Podemos ver fusões comparáveis nas áreas do Leste e Sudeste Asiáticos que foram violentamente tomadas pelo militarismo japonês entre 1937 e 1945. Mao, Tito, Ho Chi Min, Kim Il Sung e Enver Hoxha são exemplares nesse aspecto. [N. do A.]

minúsculo Vietnam contra os colossais Estados Unidos, plasticamente retratada no mundo inteiro através do novo meio de comunicação televisivo, ajudou a precipitar, de um modo como não fora feito por nenhum outro nacionalismo “periférico”, convulsões não somente na América, mas também na França, Alemanha, Japão e outros lugares, fazendo de 1968 uma espécie de *annus mirabilis*, no estilo de 1848. Ao mesmo tempo, os tanques de Brezhnev destruíram brutalmente a primavera nacionalista na Tcheco-Eslováquia dominada pelos comunistas, com conseqüências equiparáveis, a longo prazo, para o projeto soviético. Nos Estados Unidos, a mesma década assistiu à ascensão, primeiro, do movimento dos direitos civis, seguido por um nacionalismo negro que em pouco tempo cruzou as fronteiras nacionais; aos primórdios de um movimento feminista em novo estilo, de alcance cada vez mais global; à revolta de Stonewall, que deu início ao primeiríssimo movimento transcontinental pela emancipação dos *gays* e das lésbicas — no caso, a “nação homossexual”. Também na Velha Europa, o desenvolvimento de uma comunidade supranacional caminhou de mãos dadas com o surgimento de nacionalismos militantes, opostos a Estados nacionais já estabelecidos — Irlanda do Norte, Escócia, Bélgica, Catalunha, terras bascas e assim por diante.* Na segunda metade da década de 1980, a União Soviética estava nas últimas, legando o que restou do comunismo do século XX aos herdeiros de Deng Xiaoping. Ao mesmo tempo, o Japão, que não encarna nem para si nem para o resto do mundo nenhum projeto universal, havia-se tornado a segunda economia nacional mais poderosa do planeta — se é que ainda faz sentido falar nestes termos. É difícil pensar em qualquer época anterior em que tenha havido tantas mudanças políticas, com tamanha rapidez e em tantos lugares, ou na qual tenha havido tanta incerteza quanto ao futuro.

Outra transformação vem ocorrendo mais silenciosamente, porém com imensas implicações para o que talvez esteja por vir. *Grosso modo*, levando a vida sossegada da Königsberg do século XVIII, Kant pôde imaginar o comércio como a força global benigna que um dia levaria à paz perpétua entre as nações. (Enquanto isso, o mesmo “comércio” transportava, através do Atlântico, milhões de africanos escravizados.) Kant pôde fazê-lo porque o capitalismo industrial mal começava a despontar em seu horizonte, as maciças migrações da Europa continental para o Ocidente ainda estavam por começar para valer,

* As razões desse surgimento são por demais complexas para as examinarmos aqui. No entanto, parece plausível ligá-las ao colapso dos impérios colonialistas no pós-guerra, que reduziu drasticamente o prestígio e o porte dos centros imperiais e, por assim dizer, eliminou as válvulas de segurança que mandavam os membros jovens e enérgicos das “nacionalidades” para Angola, Argélia, Índia ou Congo. Ao mesmo tempo, a participação na Comunidade Européia tornou muito menos convincentes as pretensões totalizantes das soberanias existentes na Europa Ocidental. [N. do A.]

e ainda nem se sonhava com as ferrovias. Hegel, mais moço, mais familiarizado com a obra de Adam Smith e dotado de melhores intuições proféticas, logo se alarmou com as implicações sociais e políticas da revolução econômica que então se iniciava, incluindo entre os objetivos de seu Estado moderno precisamente a contenção e a domesticação das forças anômicas que o mercado começava a desencadear. Na geração seguinte, List já pensava seriamente no tipo de mudanças políticas conscientes que se fariam necessárias para realinhar o capitalismo principiante e o Estado moderno, sob a forma de grandes economias nacionais, capazes de criar poder suficiente para manter e policiar suas fronteiras. Nem mesmo Marx, que compreendia melhor do que ninguém a dinâmica revolucionária global do capitalismo, ficou inteiramente imune aos pressupostos de List. Em uma célebre afirmação sua — “Antes de mais nada, o proletariado de cada país deve resolver os problemas com sua própria burguesia” —, podemos estar certos de que esses “países” eram do tipo listiano, e não a pequena Suíça, a Bélgica ou Portugal.

Ainda quando da fundação da Liga das Nações, a concepção de “economia nacional” era geralmente aceita e, sem dúvida, subjazia a toda a doutrina da autodeterminação. Ela só recebeu seu primeiro golpe mortal com a Grande Depressão, que atingiu todas as nações ao mesmo tempo e não foi seriamente aliviada por nenhuma elevação tarifária. A economia nacional, entretanto, implicava também uma certa imobilidade geográfica da mão-de-obra e um certo confinamento dos sistemas de comunicação que lhe serviam de esteio. (É impressionante que, na época, pouquíssima atenção teórica fosse dada aos imensos fluxos de mão-de-obra organizados fora da Europa, nos impérios coloniais.) A própria idéia de que o mapa da Europa podia e devia ser drasticamente redesenhado, de modo a proporcionar maior autodeterminação, presumia que, digamos, os poloneses passassem desde então a permanecer na Polônia, lendo jornais poloneses, participando da política polonesa e construindo uma economia polonesa. Grandes setores da esquerda organizada aceitaram esse quadro de referência, até porque, afora a nascente União Soviética, a experiência parecia haver demonstrado que os ganhos mais significativos da classe trabalhadora, a longo prazo, eram menos conquistados nos galpões das fábricas do que nos parlamentos *nacionais* e através da legislação parlamentar. Foi assim que, de modo ingênuo e até desinibido, o termo “nacionalização” foi amplamente usado para descrever a supressão, real ou pretendida, do controle da propriedade privada sobre setores da economia; ele era, por assim dizer, sinônimo de socialização. Àquela altura, entretanto, a era de Ford, do automóvel, do rádio e até da aviação havia chegado.

Após a colossal devastação provocada pela Segunda Guerra Mundial, foi preciso algum tempo para que essas forças se manifestassem de forma plena. Os sucessos militares do Exército Vermelho levaram o poderio soviético para

o centro da Europa. Na Ásia, o país mais populoso do planeta, nas mãos do Partido Comunista Chinês (PCC), pôs-se fora do alcance do mercado. Por motivos políticos, além disso, as economias estatais dos dois gigantes governados pelos comunistas proibiram resolutamente a movimentação da mão-de-obra fora de suas respectivas esferas. A Europa Ocidental capitalista constatou que era impossível conservar seus impérios extra-europeus. Certas debilidades políticas e econômicas comuns provocaram nela algo parecido com o que ocorrera com os pequeninos Estados alemão e italiano em meados do século XIX. Por esse prisma, pode-se interpretar a formação subsequente da Comunidade Européia como um listianismo atualizado para a era do capitalismo avançado. Nas ex-colônias recém-autonomizadas da Ásia e, mais tarde, da África, os pressupostos de 1918 passaram a existir sob o signo, entre outras coisas, da “nacionalização”.

Mas, na década de 1970 e no início da de 1980, os diques erguidos contra a força do capitalismo avançado pareceram ruir, através de processos com que todos estamos familiarizados. Tiveram início imensas migrações de gente dos Estados ex-coloniais empobrecidos para os ricos núcleos capitalistas, a princípio para a Europa Ocidental, os Estados Unidos e os antigos impérios e, mais recentemente, para o Japão, o Oriente Médio, rico em petróleo, e os países recém-industrializados (NICs) do Leste e Sudeste Asiáticos. O “sistema continental” de Stalin e Mao também começou a fazer água e acabou por ir a pique. A revolução eletrônica criou redes de comunicação que escaparam até mesmo ao controle dos Estados nacionais mais poderosos, permitindo a movimentação do capital financeiro numa escala e velocidade inimagináveis apenas trinta anos antes. Os sistemas de produção transnacionais se espraiaram, enquanto o fordismo no velho estilo começou a dar lugar a sistemas de produção descentralizados, fora do país, e à criação de nichos de mercado sofisticados e flexíveis. (Uma das primeiras e melancólicas indicações disso foi o tráfico internacional de drogas, que irrompeu em cena na década de 1960 e ainda não foi contido.) O transporte barato e veloz possibilitou movimentações populacionais sem precedentes no mundo inteiro.

Como resultado dessas transformações, o nacionalismo surge agora com pelo menos duas novas faces e com conseqüências incertas. A primeira, é claro, é a criação de um amontoado de Estados nacionais fracos e economicamente frágeis a partir dos escombros do sistema soviético. Alguns são novos, outros são resíduos do acordo de 1918 — de qualquer modo, sob muitos pontos de vista, com 3/4 de século de atraso. (Mas é possível argumentar que esses nacionalismos são especificamente regionais, sendo pouco provável que perturbem as tendências globais.) A segunda é a crise iminente do hífen que, durante duzentos anos, uniu o Estado e a nação [na expressão *nation-State*]. No auge da

força desse hífen, quando os movimentos nacionalistas sonhavam conseguir seus próprios Estados, acreditava-se que estes seriam capazes de trazer prosperidade, bem-estar e segurança, além de orgulho e reconhecimento internacional. Por outro lado, garantia-se a esses Estados a obediência e a lealdade irrestrita da maioria dos que se enxergavam como membros da nação. Nada é menos seguro do que a sobrevivência dessas suposições a longo prazo. A “nacionalidade portátil”, interpretada sob o signo da “identidade”, acha-se em rápida ascensão, à medida que as pessoas se deslocam por toda parte.

Até as vésperas da Segunda Guerra Mundial, o ritmo de modificação da tecnologia militar era suficientemente lento e os custos dos equipamentos bélicos eram suficientemente modestos para que um número razoável de Estados nacionais julgasse que podia ser, e até tinha que ser, competitivo em algum nível. (Nessa época, ainda foi possível ao Japão sair de um lugar-nenhum feudal e construir um avião de caça melhor que o dos Estados Unidos.) A grande inovação institucional dos revolucionários franceses e de seus antagonistas prussianos — o imenso exército de recrutas — ainda era a norma. A participação maciça dos cidadãos (varões) na defesa nacional era um elemento vital para manter o hífen solidamente instalado. Hoje, quase tudo isso desapareceu. A inovação militar de peso só é custeável por uma percentagem minúscula dos cerca de duzentos Estados nacionais do mundo, enquanto os outros correm atrás de pequenas presas, como piratas, consumidores ou rapinantes no desordenado porão de pechinchas do mercado mundial. (Relata-se, por exemplo, que existem áreas expressivas do extremo oeste da China em que o Exército Popular de Libertação não consegue atuar com liberdade, em função de déspotas locais armados até os dentes com material bélico ex-soviético.) A tecnologia tornou obsoleto o exército de recrutas. Incapazes de defender militarmente seus cidadãos e pressionados a lhes assegurar emprego e oportunidades de vida cada vez melhores, certos Estados podem ocupar-se em policiar o corpo das mulheres e os currículos dos alunos primários. Mas, será esse tipo de coisa suficiente, a longo prazo, para atender às portentosas exigências da soberania?

Uma última consideração contextual: até 1945, os conflitos políticos, sociais e econômicos, por mais árduos que fossem, ocorriam em um contexto a que só meio pesarosamente se podia chamar de utópico. Na esquerda, é claro, podia-se imaginar o dia em que o capitalismo seria superado e substituído. Mas, mesmo na direita, destruir o bolchevismo ou o judaísmo tinha um ar plausível. A inauguração da era atômica pôs fim a essa época. Poderíamos dizê-lo da seguinte maneira: na década de 1960, Washington de fato tinha a possibilidade de destruir o bolchevismo em poucas horas, e Moscou de fato tinha a capacidade de eliminar o capitalismo existente com igual rapidez. O milênio negativo, pela primeira vez na história, havia despontado no horizonte. Nos anos decorridos desde então, somaram-se à morte atômica do

planeta outros tipos de *memento mori* globais — a redução da camada de ozônio, o declínio da biodiversidade, o empobrecimento demográfico mais acentuado e algumas epidemias como a Aids.

Se relembrarmos as circunstâncias políticas das intervenções históricas de Acton e Bauer, não há de causar muita surpresa que o período pós-1960 tenha assistido a uma explosão de escritos sofisticados sobre o nacionalismo. Essa é uma das razões por que, à semelhança deles, todos os textos deste volume foram compostos na última década, e por que eles representam pontos de vista e preocupações muito diferentes. Praticamente todos os autores são ou foram intelectuais eminentes, cuja obra é admirada, de modo que seria presunçoso pretender “apresentá-los”. Mas talvez seja útil situá-los no panorama que acabei de delinear.

Poder-se-ia dizer, sem grande exagero, que os iniciadores foram dois tchecos da geração nascida antes da Segunda Guerra Mundial e da era atômica, um trabalhando em Praga e outro, durante boa parte do tempo, em Londres. O saudosíssimo Ernest Gellner, já em meados da década de 1960, iniciou a elaboração de sua influente e iconoclasta teoria de que o nacionalismo, no fundo, não é nada mais (nem menos) do que uma resposta necessária — e rigorosamente funcional — à Grande Transformação da sociedade agrária estática no mundo da indústria mecanizada e da comunicação. Ela implicou a difusão de “culturas superiores” padronizadas (mascaradas como originalmente nacionais), instituídas através de vastos sistemas educacionais organizados e financiados pelo Estado, de modo a preparar as pessoas para sobreviverem em situações em que a divisão do trabalho e a mobilidade social fossem muito avançadas. Dentro do espírito eurocosmopolita do Iluminismo, Gellner entendia o nacionalismo em termos globais e sociológicos, numa visão de cima, e dispunha de pouco tempo público para os “sentimentalismos” associados às “culturas nacionais” (embora se soubesse que, vez por outra, voltava-se para as canções populares tchecas quando precisava de consolo em particular). Enquanto isso, em Praga, lecionando na antiga Universidade Carlos, Miroslav Hroch publicou seu pioneiro estudo comparativo histórico-sociológico de um conjunto muito específico de movimentos nacionalistas de pequenos países da Europa Central e Oriental — na época do “comunismo com uma face humana” de Dubcek e da violenta resposta que Moscou lhe deu. Como seria típico, talvez, em vista das circunstâncias, Hroch frisou exatamente o que Gellner pusera de lado: como variavam o momento mundial desses movimentos nacionalistas, suas bases sociais e situações econômicas. Além disso, opondo-se a Gellner, ele insistiu em que as nações são verdadeiras formações antropológicas, sendo fracos e incertos os vínculos entre a ascensão do nacionalismo e a moderna sociedade industrial. Temos a felicidade de incluir nesta coletânea não apenas uma incisiva reafirmação das teses gerais

de Hroch (e algumas reflexões pessimistas sobre o futuro da Europa Oriental), mas também a resposta crítica de Gellner e a defesa de sua própria posição.

No início da década de 1970, época em que a Europa Ocidental começou a vivenciar, contrariando a maioria das expectativas anteriores, alguns “renascimentos” nacionalistas — na Escócia, na Bélgica, nas terras bascas e, talvez em especial, na Irlanda —, Anthony Smith começou a escrever, numa Londres supostamente pós-imperialista, uma longa série de textos cada vez mais complexos sobre o nacionalismo e a nacionalidade, também de espírito antigellneriano. Embora admitisse plenamente que, sob certos aspectos, o nacionalismo era um fenômeno moderno, ele insistiu em que seu atrativo não poderia ser compreendido se ele fosse tratado em termos funcionais e como se tivesse surgido *ex nihilo*. Assim, incluímos um belo relato sucinto de sua tese de que o nacionalismo, necessária e naturalmente, baseia-se em comunidades étnicas muito mais antigas, dentre as quais, talvez não por acaso, os principais exemplos são os armênios e os judeus.

Na década de 1980, esse conjunto de posições sofreu uma revisão crítica vinda de diversas direções. Incluímos aqui duas contribuições importantes e contrastantes, por assim dizer, provenientes de Manchester e Calcutá. John Breuilly atacou o sociologismo de Gellner e o continuísmo de Smith, enfatizando o caráter essencialmente político do nacionalismo. Com efeito, afirmou que Gellner não teria facilidade de explicar como se deu efetivamente a transição para o nacionalismo na sociedade “agrária avançada”, e que Smith não teria uma resposta simples para a questão de saber por que (e em quais circunstâncias históricas) algumas comunidades étnicas “tornaram-se nacionalistas” e outras, não. Assim, ele enfatizou a importância dos empresários políticos e os interesses políticos concretos que se expressam através deles, em contextos institucionais e geopolíticos contrastantes.

Por outro lado, Partha Chatterjee atacou Gellner (e muitos outros), levantando frontalmente a questão fundamental do imperialismo e da dominação colonial. A mesma modernidade “esclarecida” que criara o nacionalismo, na opinião de Gellner, foi a base da dominação européia sobre o resto do planeta nos 150 anos que se seguiram à Revolução Francesa. O nacionalismo tinha que ser entendido como parte integrante dessa dominação. Seu surgimento no fim do mundo colonial e depois dele tinha que ser interpretado sob o signo da inautenticidade, por mais que líderes locais como Nehru, Sukarno e Nkrumah insistissem em sua integridade e autonomia. Fora da Europa, o nacionalismo era necessariamente um “discurso derivativo”, bloqueando o caminho do autêntico desenvolvimento autogerado e autônomo, em comunidades que continuavam dominadas por políticos, intelectuais, burocratas e capitalistas “nacionalistas”, voltados para seus próprios interesses e, em última instância, colaboracionistas. Incluímos aqui uma recente reformulação dessa posição, na

qual o alvo principal deslocou-se de Gellner para meu livro *Comunidades imaginadas*, e na qual o nacionalismo de elite da Ásia e da África recebe uma avaliação um pouco mais calorosa do que nos textos anteriores de Chatterjee.

Os colaboradores brevemente discutidos acima demonstraram um interesse básico pela natureza histórica, origens e ascensão do nacionalismo; portanto pertencem, em espírito, à época anterior ao colapso da União Soviética. Mas os textos restantes voltam-se para o futuro do nacionalismo na nova conjuntura mundial.

O jovem estudioso Gopal Balakrishnan, “neto” de Gellner em termos de gerações, fornece uma contribuição essencial, que parte de observações sobre as dificuldades enfrentadas por Hegel e Marx para determinar o papel desempenhado por *povos específicos* na História, concebida como uma sucessão de estruturas sociais universais, antes de passar a uma crítica de *Comunidades imaginadas*. Seu ensaio termina com algumas reflexões instigantes sobre as complexas relações entre nação e classe como bases da ação coletiva na política do mundo capitalista avançado.

Até recentemente, os textos teóricos sobre o nacionalismo ignoravam, desconsideravam ou marginalizavam a questão do sexo. Nos últimos quinze anos, porém, esse “silêncio” foi irreversivelmente encerrado por um novo corpo de estudos e teorizações feministas. Dois aspectos gerais desses textos ganham destaque: um é a ênfase na ambigüidade (para dizer o mínimo) das relações da mulher com os projetos nacionalistas e da ligação do Estado nacional com regimes sexistas específicos; o segundo é a diferença entre a experiência das sociedades capitalistas avançadas do “Ocidente” (concebido em termos gerais) e a dos mundos coloniais, semicoloniais e pós-coloniais da Ásia, África e Oriente Médio.

Sylvia Walby, autora de *Teorizando o patriarcado*, concentra-se primordialmente nas democracias ocidentais e se interessa pelo modo como o moderno Estado nacional, baseado nos princípios do sufrágio universal adulto e da igualdade formal perante a lei, tem transformado a natureza do patriarcado do particular para o público. O acesso à nacionalidade e à cidadania minou o controle dos chefes de família masculinos e individuais sobre “suas” mulheres, que já não estão excluídas da esfera pública, mas também incentivou a subordinação mais recente das mulheres e a apropriação de seu trabalho por um corpo coletivo nacional dominado pelos homens. Dessa transformação brotaram novas formas de conflito público em torno do controle (ou tentativa de controle) nacionalmente legislado sobre a fertilidade feminina, as responsabilidades “familiares”, o acesso a esferas de emprego “nacionais/masculinas”, como a carreira militar, e assim por diante.

As últimas quatro contribuições levam-nos de volta ao campo europeu com que começa esta coletânea. Katherine Verdery, uma eminente antropóloga cul-

tural norte-americana que se especializou na Romênia de Ceausescu e seus epígonos, além de ter sofrido com ela, afirma que o simbolismo da nação tem mudado de sentido, à medida que os Estados modernos vão descobrindo que é cada vez mais difícil cumprir a missão legitimadora — ou seja, as promessas de autonomia e bem-estar — que o século XVIII lhes legou. Ao mesmo tempo — e, em parte, justamente por isso —, tem-se valorizado cada vez mais uma identificação profundamente internalizada e homogênea entre nação e pessoa. A estereotipia étnica e racial, a xenofobia, o “multiculturalismo” sectário e as formas mais brutais de política identitária parecem ser a onda do futuro; contudo, não há como escapar desse fenômeno, já que “nascer numa espécie de condição natural continuará a ser fundamental para a experiência humana”.

O cauteloso pessimismo de Verdery é aqui poderosamente reforçado por Eric Hobsbawm, o mais destacado dos historiadores anglófonos vivos. Nascido no ano da Revolução Bolchevique e criado em Viena enquanto as sombras tenebrosas do nazismo deslocavam-se pela Europa Central, Hobsbawm viveu a destruição do fascismo de Estado e o colapso da União Soviética, pela qual, durante muitos anos, ele nutriu simpatias intensas, embora críticas. Judeu cosmopolita, que no entanto continua firmemente apegado ao multiétnico Reino Unido que lhe deu asilo, Hobsbawm tem sido o crítico mais eloquente dos “novos nacionalismos” da Europa, afirmando que a era mazziniana em que o nacionalismo era integrador e emancipatório já se foi há muito tempo. Chegou até a escrever a célebre observação de que a extraordinária torrente contemporânea de textos sofisticados sobre o nacionalismo é o melhor sinal de que seu diagnóstico está certo: a coruja de Minerva só alça vôo ao anoitecer.

Pelo menos desde o fim da década de 1970, Hobsbawm tem travado um debate acirrado e esclarecedor com Tom Nairn, companheiro de marxismo mas também um nacionalista escocês, contundente crítico da decrepitude do Reino Unido amado por seu interlocutor. Assim, é adequado que esta coletânea inclua algumas reflexões recentes do autor de *A desintegração da Grã-Bretanha*. Vindas de uma posição muito diferente da de Partha Chatterjee, as já antigas críticas de Nairn às arrogantes pretensões do cosmopolitismo intelectual fazem eco, no entanto, a alguns dos temas deste último. Aqui, elas se combinam com a tese de que foram precisamente os grandes “Estados” multinacionais “integrados” — os imensos reinos dinásticos do século XIX, dos quais o Reino Unido é o último e claudicante sobrevivente, bem como a Grande Alemanha do século XX, os Estados Unidos, a União Soviética, a China de orientação Qing e a ex-soberana Índia — que provocaram a maior destruição humana de nossa época. Assim, o que ele encara como o desmoronamento geral de uma série de “ordens” mundiais, decidido por esses Godzillas políticos, deve ser interpretado como um processo capaz de levar a uma desordem anárquica mais atraente e mais fecunda, na qual as altas aspirações oitocentistas de soberania total dão

lugar a uma complexa comunidade interativa de nacionalidades autenticamente pós-imperiais. Nairn afirma que a grande esperança dessa transformação é o aprofundamento da democracia e da participação política local, com a institucionalização global de um regime de direitos humanos.

Nos últimos anos, ninguém contribuiu mais do que o sociólogo Michael Mann para nos dar uma compreensão comparativa histórica e global do desenvolvimento das instituições modernas, muito especialmente o Estado. O núcleo de sua contribuição, aqui, é uma desmontagem elegante e minuciosamente detalhada dos mitos, tanto tenebrosos quanto promissores, que cercam a Comunidade Européia. Mas suas observações se inserem numa perspectiva mais ampla do Estado nacional maduro, o qual, com suas idéias concomitantes de cidadania política e social, ele encara como um fenômeno do século XX, construído com base em uma luta de classes prolongada, ainda que comprometida. Sua análise mostra por que ele pode citar com tamanha aprovação um ministro do Gabinete belga cujo nome não diz e que, durante a Guerra do Golfo, comentou que a Comunidade Européia é “um gigante econômico, um anão político e um verme militar”. Mann assinala que “a maior parte da política nacional diz respeito aos impostos, à política de rendas, à política previdenciária, a questões morais e a crises externas. Estas não são percebidas como sendo e não são da alçada da Comunidade Européia”. E se, sob certos aspectos, as forças supranacionais vêm reduzindo a plena soberania do Estado nacional, esse mesmo Estado, acredita ele, tem aumentado sistematicamente seu poder às custas de instituições e grupos provinciais, locais e particulares. Mann também sublinha o fato de que, apesar da extraordinária mobilidade internacional do capital *financeiro*, a vasta massa da produção das nações destina-se aos mercados internos, enquanto as corporações “transnacionais” têm suas sedes e seus institutos de pesquisa em espaços decididamente nacionais.

Com base nisso, ele argumenta que, longe de declinar, o Estado nacional continua “crescendo” no cenário mundial, e que os países pobres do mundo sofrem pela falta de um Estado nacional eficaz. É uma legítima ambição deles superar essa falta, embora o sucesso possa levar árduas décadas para ser obtido. Todavia, ao mesmo tempo, Mann observa que, ainda que as realizações da democracia social sueca estejam seriamente ameaçadas pelo “conservadorismo fiscal transnacional”, os socialistas devem “erguer os olhos do interior de seus Estados nacionais para exercer o poder no plano internacional. (...) O movimento de classe que mais fortaleceu o Estado nacional, em termos históricos, deve agora começar a subvertê-lo”.

Jürgen Habermas é, sem dúvida, o filósofo político de maior influência em nossa época. Se Verdery pode ser lida como uma versão cautelosa e moderada do pessimismo de Hobsbawm, poderíamos aqui, de momento, considerar que o herdeiro de Adorno (e talvez, curiosamente, de Acton) expressa uma parce-

ria mais serena com o otimismo de Nairn e de Mann. Habermas tem plena consciência dos aspectos destrutivos da globalização dos mercados financeiro e de mão-de-obra, do desenvolvimento de subclasses quase permanentes nas sociedades capitalistas avançadas tardias, e da impotência dos Estados nacionais para lidar construtivamente com os muitos problemas cuja escala supera amplamente seu alcance territorial. Mas ele afirma que as inovações políticas do século XIX — acima de tudo, a república moderna, a democracia participativa e a política constitucional (todas as quais Nairn também enfatiza) — precisam ser estendidas para cima, para a esfera supranacional, e não difundidas para baixo, em direção a nacionalidades até hoje encarceradas. Com todos os seus senões, a Comunidade Européia é, pois, um passo na direção certa, até porque parece fadada a cultivar, em algum novo nível, o princípio do multiculturalismo — não como um amontoado de narcisismos irritadiços, mas como uma integração racional de solidariedades culturais locais, inseridas na (mas claramente distintas da) idéia do Estado “republicano” supra-etnocultural nascida do Iluminismo.* Essa postura permite a Habermas falar da possibilidade, oriunda dos tipos de reuniões internacionais recém-realizadas sobre questões globais em Genebra, no Rio de Janeiro, no Cairo e em Beijing, do que ele chama de “política interna mundial”.

Resta apenas acrescentar, à guisa de pós-escrito apreciativo, nosso agradecimento coletivo pela imaginação (e, no meu caso, paciência fraterna e sugestões ponderadas) de Gopal Balakrishnan e Robin Blackburn, que montaram inteligentemente esta coletânea, e de meu irmão Perry, que, a uma distância um pouco maior, guiou-a para sua forma final.

* Habermas expressou publicamente seus receios quanto à reunificação da Alemanha, tal como levada adiante por Kohl; é difícil não ver sua análise sobre o potencial da Comunidade Européia como uma esperança de conter o chauvinismo da Grande Alemanha. [N. do A.]